

SUMÁRIO

1 – DENÚNCIA	17
1.1 Conceito	17
1.2 Crimes de Ação Penal Pública – Denúncia – Legitimidade para Oferecimento.....	18
1.2.1 Prazos para oferecimento	18
1.2.2 Exposição do fato com todas as suas circunstâncias	18
1.2.3 Individualização da conduta de cada um dos acusados	23
1.2.4 Individualização das condutas de cada um dos acusados nos crimes societários	26
1.2.5 Omissões da denúncia	27
1.2.6 Demora no oferecimento da denúncia – consequência	27
1.2.7 Promotor de Justiça como autoridade coatora	30
1.2.8 Diferença entre denúncia e queixa	36
1.3 Crimes de Ação Penal de Iniciativa Privada – Queixa-Crime – Legitimidade para oferecimento	36
1.3.1 Procuração com poderes especiais – CPP, art. 44	37
1.3.2 Procuração com os poderes da cláusula <i>ad judicium</i> ou simplesmente para requerer a instauração de inquérito	40
1.3.3 Omissões da procuração em ação penal de iniciativa privada	41
1.3.4 Prazo	45
2 – RECEBIMENTO DA DENÚNCIA	47
2.1 Fundamentação	47
2.2 Recebimento da Denúncia – Índícios – Autoria e Materialidade – Suficiência ...	56
2.3 O Recebimento da Denúncia é Irretroatável	58
2.4 Não Recebimento da Denúncia	59
2.5 Rejeição da Denúncia	59
2.6 Não Recebimento e Rejeição – Diferenças e Recursos	60
2.6.1 Recurso em sentido estrito – rol taxativo	62
2.6.2 Princípio da fungibilidade	64
2.7 Aditamento à Denúncia	65
3 – CITAÇÃO	71
3.1 Conceito	71
3.2 Formas de Citação	72
3.2.1 Por mandado	73
3.2.2 Com hora certa	74
3.2.3 Por edital	74



3.2.4	Por carta precatória	89
3.2.5	Por carta rogatória	91
3.3	Efeitos da Citação no Processo Penal	91
3.4	Falta de Citação	92
3.5	Citação do Militar	92
4	– RESPOSTA À ACUSAÇÃO	93
4.1	Alteração Legislativa	93
4.1.1	Absolvição sumária	94
4.2	Prazo	94
4.3	Resposta Obrigatória	95
4.3.1	Prevalência do defensor indicado pelo réu	96
4.3.2	Defensor indicado pelo réu – intimação pessoal	97
4.3.3	Defensor dativo – intimação pessoal	97
4.2.5	Defensor público – intimação pessoal	98
5	– TESTEMUNHAS	99
5.1	Testemunhas Extranumerárias	101
5.2	Condução Coercitiva da Testemunha Faltosa, Imposição de Pena de Multa e Crime por Desobediência	101
5.3	Ordem na Ouvida das Testemunhas	102
5.4	Características da Prova Testemunhal	103
5.5	Outras Anotações sobre Testemunhas	103
5.5.1	Toda pessoa poderá ser testemunha	103
5.5.2	O Depoimento da testemunha é oral, salvo as exceções previstas em lei ...	103
5.5.3	Obrigatoriedade de a testemunha depor, salvo as exceções previstas em lei	104
5.5.4	Testemunhas do juiz	105
5.5.5	As perguntas à testemunha serão feitas a elas diretamente pelas partes	105
5.5.6	Reserva de espaços para as testemunhas	106
5.5.7	Vedação à testemunha de fazer apreciações de ordem pessoal	106
5.5.8	Contradita	106
5.5.9	Testemunha impossibilitada de comparecer à audiência	107
5.5.10	Expedição de carta precatória não suspende a instrução	107
5.5.11	Militar e servidor público como testemunhas – identificação da audiência	107
5.5.12	Testemunhas que possuem prerrogativas	107
5.5.13	Testemunha que não fala o idioma nacional – necessidade de nomeação de intérprete	108
5.5.14	Testemunha muda, surda ou surda-muda	108
5.5.15	Substituição de testemunha	108
5.6	Ouvida da Vítima	109
5.6.1	Valor probatório da palavra da vítima	110
6	– INTERROGATÓRIO	121
6.1	Conceito	121
6.2	Alteração Legislativa	121
6.3	Meio de Prova, Meio de Defesa e/ou Meio de Prova e de Defesa	121
6.4	Consequências do Não Comparecimento do Acusado ao Interrogatório	123
6.5	Presença do Defensor e Direito à Prévia Entrevista Reservada (CPP, art. 185, caput e § 2º)	124
6.5.1	Art. 185, § 1º (Lei 10.792/03) x Art. 399, § 1º (Lei 11.719/08)	128
6.6	Direito ao Silêncio (CPP, art. 186)	129

6.7	Contraditório (CPP, arts. 187 e 188).....	132
6.8	Interrogatório do Co-Réu (CPP, art. 191).....	135
6.9	Interrogatório do Mudo, Surdo ou Surdo-Mudo (CPP, art. 192).....	135
6.10	Interrogatório de Estrangeiro que não Fala a Língua Nacional – Necessidade de Intérprete (CPP, art. 193).....	136
6.11	Interrogatório do Menor de 21 e Maior de 18 Anos de Idade.....	137
6.11.1	Antes do novo Código Civil e da Lei 10.792/03.....	137
6.11.2	Depois do novo Código Civil e da Lei 10.792/03.....	142
6.12	Interrogatório por Precatória.....	146
6.13	Interrogatório Durante a Instrução ou Depois da Sentença.....	147
6.14	Interrogatório por Videoconferência.....	148
6.15	Confissão Judicial – Art. 197 do Código de Processo Penal: Valor Relativo ou Absoluto?.....	150
6.15.1	Valor relativo.....	150
6.15.2	Valor absoluto.....	153
6.16	Retratção.....	153
7	DILIGÊNCIAS	159
7.1	Alteração Legislativa.....	159
7.1.1	Prazo para requerimento de diligências.....	160
7.1.2	Inexistência de recurso contra a decisão que indefere pedido de realização de diligências.....	160
7.2	Prazo para o Encerramento da Instrução Criminal.....	161
7.2.1	Antes do advento da Lei 11.719, de 20.06.2008.....	161
7.2.2	Depois do advento da Lei 11.719, de 20.06.2008.....	164
7.2.3	Esclarecimento.....	164
7.3	Princípio da Razoabilidade.....	166
7.3.1	O prazo para o encerramento da instrução criminal não é peremptório... ..	172
7.4	Instrução Criminal Encerrada – Ausência de Constrangimento Ilegal por Excesso de Prazo.....	173
7.5	Testemunhas Arroladas na Denúncia já Ouvidas – Processo na Fase de Produção de Provas da Defesa – Excesso de Prazo – Não-Characterização de Constrangimento Ilegal.....	174
7.6	Instrução Criminal não Encerrada em Decorrência de Incidentes não Imputáveis ao Juiz do Feito – Excesso de Prazo – Constrangimento Ilegal – Não-Characterização.....	178
7.7	Instrução Criminal Encerrada – Réu Preso há Muito Tempo – Excesso de Prazo – Constrangimento Ilegal – Characterização.....	180
7.8	Processo na Fase de Diligências – Excesso de Prazo – Inocorrência.....	181
8	ALEGAÇÕES FINAIS	185
8.1	Alteração Legislativa.....	185
8.2	Prazos.....	186
8.3	Intimação das Partes e Retirada dos Autos da Secretaria de Vara para Apresentação de Alegações Finais, por Memoriais.....	186
8.4	Ausência de Alegações Finais.....	189
8.5	Alegações Finais – Fase das mais Importantes no Processo Penal – Não Apresentação – Inexistência de Intimação do Defensor.....	193
8.6	Deficiência das Alegações Finais.....	195
8.7	Alegações Finais – Pedido de Absolvição Feito pelo Ministério Público – Possibilidade.....	196
8.8	Alegações Finais – Pedido de Condenação Feito pelo Defensor Dativo – Impossibilidade.....	197

8.9 Inversão na Ordem de Apresentação das Alegações Finais	197
8.10 Processo na Fase das Alegações Finais – Excesso de Prazo – Inocorrência.....	198
8.11 Instrução Criminal Encerrada – Processo nas Fases de Diligências e/ou Alegações Finais – Excesso de Prazo – Inocorrência.....	202
9 – SENTENÇA	203
9.1 Requisitos Formais da Sentença.....	203
9.2 Algumas Observações Sobre a Sentença.....	207
9.2.1 Livre convencimento do juiz – inexistência de hierarquia entre as provas..	207
9.2.2 Prova suficiente para a condenação, segundo Volney Corrêa Leite de Moraes Júnior.....	211
9.2.3 “Culpa na condenação penal”	212
9.2.4 Fixação da pena – circunstâncias judiciais que devem ser observadas pelo juiz.....	213
9.2.5 Fixação da pena-base acima do mínimo legal – necessidade de funda- mentação	215
9.2.6 Fixação da pena abaixo do mínimo legal – possibilidade	215
9.2.7 Fixação da pena abaixo do mínimo legal – impossibilidade	217
9.2.8 Dúvida – absolvição – princípio <i>in dubio pro reo</i>	222
9.3 Prazo para Recorrer da Sentença.....	226
9.3.1 Defensor público – prazo em dobro	229
9.3.2 Defensor dativo – prazo comum ou em dobro?.....	229
9.4 Dúvida Quanto à Tempestividade do Recurso de Apelação.....	230
9.5 Custas, Preparo, Fuga do Apelante e Deserção	231
9.6 Voluntariedade dos Recursos	233
9.7 Conflito entre as Vontades do Réu e de seu Defensor.....	233
9.8 Sentença – Intimação do Ministério Público – Termo Inicial para Recorrer.....	234
10 – PRISÃO E LIBERDADE PROVISÓRIA.....	237
10.1 Considerações Iniciais	237
10.1.1 Lei 6.416, de 24.05.1977 (CPP, art. 310, parágrafo único).....	239
10.1.2 Interpretação do parágrafo único do art. 310 do CPP	239
10.1.3 Constituição Federal – art. 5º, inc. LXVI.....	241
10.2 Liberdade Provisória – Concessão – Direito Subjetivo do Acusado ou Faculdade do Juiz?	241
10.3 Liberdade Provisória – Necessidade de Prévia Ouvida do Ministério Público	244
10.4 Liberdade Provisória – Maus Antecedentes e Reincidência do Acusado	249
10.5 Liberdade Provisória – Crime Hediondo.....	252
10.6 Prisão Preventiva.....	258
10.6.1 Fuga do Acusado.....	260
10.6.2 Réu primário, de bons antecedentes, com residência fixa e profissão definida	264
10.6.3 Gravidade do crime e periculosidade do agente.....	266
10.6.4 Roubo – crime grave – necessidade de manutenção da prisão em fla- grante ou decretação da prisão preventiva do agente como garantia da ordem pública – opinião de Volney Corrêa Leite de Moraes Júnior	268
SÚMULAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ	271
REFERÊNCIAS	273
ÍNDICE ALFABÉTICO	277